

Ata nº 96 / XIII / 2.ª SL

Aos treze dias do mês de setembro de 2017, pelas dezasseis horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

1. Informações gerais

2. Ratificação do assentimento para deslocação do Senhor Presidente da República a Malta e a Barcelona.

3. Distribuição de iniciativas legislativas e nomeação dos autores dos pareceres:

- **Proposta de Resolução n.º 55/XIII/2.ª** - Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos em matéria de Segurança Interna, assinado em Lisboa a 20 de abril de 2015.

Deputado(a) autor (a) do Parecer: BE

4. Apresentação e discussão do projeto de Plano de Atividades da Comissão para a 3.ª Sessão Legislativa.

5. Aprovação de Atas

- **Ata n.º 52**, de 25.10.2016;
- **Ata n.º 68**, de 21.02.2017;
- **Ata n.º 83**, de 10.05.2017;
- **Ata n.º 85**, de 17.05.2017 - R;
- **Ata n.º 88**, de 21.06.2017;
- **Ata n.º 89**, de 27.06.2017;
- **Ata n.º 94**, de 13.07.2017 - R.

6. Outros assuntos.

Iniciados os trabalhos, o Senhor **Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto**, deu as boas-vindas aos membros da Comissão, no regresso de férias. Não existindo matéria para abordar

no **Ponto 1.** Todavia, aproveitou a oportunidade para dar as boas vindas à Senhora Deputada Maria Manuel Rôlo (BE), por iniciar o seu trabalho na Comissão. No mesmo sentido, assinalou, ainda, a chegada à Comissão do Senhor Deputado Hugo Carvalho (PS), que entretanto, não esteve presente.

Já no âmbito do **Ponto 2.** da OD, foi a Comissão informada de que este ponto se encontrava já consumido pela recente deliberação de teor material idêntico, tomada na última sessão da Comissão Permanente, limitando-se a Comissão a tomar conhecimento de tal facto, sem prejuízo de ter sido explicada a motivação da introdução do tema em agenda, dado ter sido a OD elaborada anteriormente à reunião da Comissão Permanente e existir plena concordância jurídica relativamente à adoção da figura da ratificação no caso em apreço.

Relativamente ao **Ponto 3., interveio o Senhor Deputado Pedro Filipe Soares (BE) para indicar como Relatora a Senhora Deputada Maria Manuel Rôlo.**

No **Ponto 4.,** procedeu o Senhor Presidente à apresentação do Plano, tendo frisado que, embora apresentando já uma estrutura formalmente elaborada e incluir temas tidos por relevantes, tratar-se de um documento de trabalho aberto a sugestões dos diferentes Grupos, o que até agora, apesar do solicitado ainda não tinha ocorrido.

Intervieram sobre esta matéria os **seguintes Senhores Deputados:**

Paula Teixeira da Cruz (PSD), para identificar algumas gralhas de texto e sugerir o aditamento das seguintes matérias: prever o alargamento da esfera de influência do DAESH à região da África do norte, onde existem países já severamente fustigados pela presença desta e de outras organizações de natureza e fins similares; estender o âmbito de interesse dos trabalhos da Comissão a todos os países da CPLP; na esteira do proposto no Plano, a realização de uma deslocação de trabalho a Angola, na sequência da conclusão do processo eleitoral; e finalmente, prever a possibilidade de poderem planear-se visitas a países como a Jordânia ou a Líbia, aos quais a comunidade internacional não tem vindo a conferir um merecido acompanhamento. Questionou, ainda, sobre a motivação para a revisão do Regulamento da Comissão, sugerindo que em tal âmbito pudesse vir a pensar-se num mecanismo de votação digital não-presencial, para casos de decisões urgentes.

Paulo Pisco (PS) para declarar a sua concordância genérica com o teor proposto para o Plano, tendo mesmo realçado a grande relevância de algumas das medidas ali avançadas, designadamente, a visita ao Reino Unido, dada a situação política derivada do BREXIT e a forte presença da comunidade portuguesa, e a planeada visita a La Lys, por ocasião do centenário desta batalha. Assinalou, ainda, a importância do reforço da componente

multilateral no âmbito da CPLP, bem como o reforço no acompanhamento das medidas previstas, do ensino do português no estrangeiro. Também sublinhou a relevância do acompanhamento da cooperação para o desenvolvimento, tendo deixado, ainda, a ideia de que Timor-Leste deveria merecer uma visita de uma delegação parlamentar da Comissão. A finalizar, fez entrega de um documento do seu Grupo Parlamentar contendo propostas de atividades a considerar.

Carla Cruz (PCP) para manifestar profundas reservas do PCP relativamente ao teor dos parágrafos 3.8 e 3.9 do Plano, até pela ênfase que a comissão pretendia atribuir às matérias ali referidas.

Pedro Filipe Soares (BE) para se certificar de que o documento permanece em aberto, e que não seria votado na presente reunião.

Interveio o Senhor **Presidente** para confirmar que o documento permanecesse aberto a sugestões e que não seria votado na presente reunião. Relativamente à posição manifestada pelo PCP concordou que o texto a aprovar no Plano deveria ser o mais neutro possível, mas desde que tal neutralidade não viesse a obnubilar a relevância política internacional do sistema de alianças de que Portugal faz parte e que norteia a nossa política externa. Neste seguimento convidou o PCP a apresentar um texto alternativo para os referidos parágrafos, os quais seriam posteriormente submetidos à apreciação da Comissão. De seguida, esclareceu que a prevista revisão do Regulamento Interno visa suprir uma lacuna verificada, nas situações em que nenhum dos membros da Mesa pode estar presente e dirigir os trabalhos, tendo lembrado que os dois Vice-presidentes efetivos possuem situações de exigência política e pessoal atendíveis e que algumas vezes impossibilitam a sua atempada presença. Num caso, um Deputado eleito pelo círculo da Europa e com residência em Paris e noutro, um líder de bancada parlamentar. Relativamente à questão levantada acerca das grelhas de tempos, lembrou que a comissão fez já na sessão que ora finda, algumas adaptações, em nome do incremento da oportunidade de participação de todos os Deputados representados na Comissão, de forma a melhor corresponder à própria natureza dos trabalhos em Comissão, estando, porém, à consideração das melhorias que os seus membros entendam sugerir.

No **Ponto 5.**, propôs o senhor Presidente que a votação das Atas elencadas na OD pudesse fazer-se em bloco, tendo o PCP, através da Senhora Deputada Carla Cruz, requerido a votação em separado da ata n.º 83.

Relativamente ao teor da Ata n.º 89, as Senhoras **Deputadas Isabel Santos (PS)** e **Paula Teixeira da Cruz (PSD)** solicitaram a introdução de correções, as quais foram integralmente acolhidas no texto final da respetiva Ata.

Submetida a votação, a Ata n.º 83 foi aprovada por maioria, como votos favoráveis de todos os Deputados e a abstenção do PCP.

Todas as restantes Atas, uma vez submetidas a votação, foram aprovadas por unanimidades do Deputados presentes.

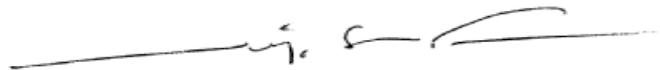
Nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião pelas dezasseis horas e quarenta e cinco minutos.

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20170913.mp3

Palácio de S. Bento, 13 de setembro de 2017

O Presidente da Comissão,



(Sérgio Sousa Pinto)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
Ascenso Simões
Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Filipe Lobo D' Ávila
Gabriela Canavilhas
Isabel Santos
Jamila Madeira
Joana Lima
João Oliveira
José Cesário
Nuno Magalhães
Paula Teixeira da Cruz
Paulo Neves
Paulo Pisco
Pedro Filipe Soares
Porfírio Silva
Ricardo Baptista Leite
Rui Silva
Sérgio Azevedo
Sérgio Sousa Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Lara Martinho

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 10/10/2017.